



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

EDITAL 005/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024.

Abertura: **25/04/2024** Horário: **9h**

Tipo: **REGISTRO DE PREÇOS POR MENOR PREÇO POR ITEM**

O PREFEITO MUNICIPAL DE VALE REAL, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024, do tipo REGISTRO DE PREÇOS POR MENOR PREÇO POR ITEM, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Federal nº 1.024/2019, bem como as condições, a seguir estabelecidas:

1 - LOCAL, DATA E HORA

- 1.1. A sessão pública será realizada através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, dia **25 de abril de 2024**, com início às 9:00 horas, horário de Brasília/DF.
- 1.2. O horário de encerramento da sessão de lances ficará a critério do pregoeiro, de acordo com as necessidades provindas do andamento do referido pregão.
- 1.3. Poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1., até uma hora antes da abertura do certame do dia aprazado.
- 1.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2 - OBJETO

- 2.1. É objeto deste edital o REGISTRO DE PREÇOS para futura aquisição de material hidráulico, em conformidade com o termo de referência em anexo.

3 – PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e atender a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

3.3. A empresa participante, deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida esta comprovação a qualquer tempo.

3.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

3.4.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

3.4.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão, a licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Vale Real, promotor da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço, contendo marca, e **valor UNITÁRIO do item, objeto licitado**, e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.1.

5.1.1. A proposta de preço deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico**.

5.2. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.3. Incumbirá, à licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Os itens das propostas que eventualmente contemplem objeto que não corresponda às especificações contidas no ANEXO VI deste Edital serão desconsiderados.

5.5. Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

- a) **preço unitário do objeto licitado**, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) especificações detalhadas do objeto ofertado, conforme Termo de Referência;
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos e indiretos;
- d) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;

5.6. Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

6 – ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

6.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para o item licitado.

7 - FORMULAÇÃO DE LANCES



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), as licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo valor.

7.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.5. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.5.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,05 (cinco centavos).

7.6 – A etapa de lances da sessão pública será conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, o qual o site “portaldecompraspublicas” se baseia para o processo licitatório.

7.6.1- O modo de disputa será aberto, etapa de envio de lances da sessão pública, encerrado o prazo de lances, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

7.9 - Será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas, em caso de empate ficto, conforme prevê a Lei Complementar 123/2006, entendendo como empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor, observadas as normas legais.

7.9.1 A ME e/ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.9.2 Não ocorrendo a contratação da ME e/ou EPP, na forma prevista no sub-item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.9 (ME's e EPP's), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

7.9.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e/ou EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 7.9, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.9.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos dos itens 7.9, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.9.5 O sorteio de empate de melhor proposta somente será aplicado quando as melhores ofertas não tiverem sido apresentadas por ME e EPP.

7.9.6 A ME e EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.10. Após comunicado do Pregoeiro, a licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar sua situação de regularidade, conforme documentação exigida no item 9.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Após análise da proposta, o Pregoeiro anunciará a licitante vencedora.

8.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

8.3 – Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

8.3.1 – O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

9 - HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação da licitante vencedora será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.1.1 – Documentos de habilitação:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
- b) Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;
- c) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto contratual;
- d) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União em conjunto com Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);
- e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- f) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011;
- i) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

j) Certidão Negativa de Falência, expedida por distribuidor da sede do licitante.

9.1.2 – Declarações e Capacidade Técnica

a) Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, sob risco de desclassificação, conforme art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021;

c) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) Declaração de observância à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, conforme art. 4, § 2, da Lei Federal 14.133/2021.

e) Atestado de capacidade técnica da empresa licitante (mínimo um), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a mesma ter fornecido materiais com características semelhantes ao objeto ora licitado, devendo conter o número e ano do contrato, bem como as quantidades fornecidas/prestadas, preferencialmente do exercício anual anterior.

9.2. Para os documentos que não mencionarem prazo de validade será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

9.3 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.4 A proposta ajustada e a documentação de habilitação deverá ser enviada somente pelas empresas vencedoras, logo após a finalização da fase de lances e a definição dos vencedores.

9.5 O envio da proposta ajustada, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no item 9.1 ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.6 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

9.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.9 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo mínimo de duas horas contados da solicitação do pregoeiro no sistema.

10 – DO PARECER TÉCNICO

10.1 – Para efeito de adjudicação deste Pregão, o Pregoeiro, se julgar necessário, encaminhará o processo, a fim de que seja emitido Parecer Técnico referente à proposta vencedora do item.

10.2 – Ocorrendo a desclassificação do bem da empresa vencedora, os autos serão devolvidos ao Pregoeiro, para que este realize nova negociação com as demais empresas, obedecendo a ordem de classificação, por menor preço.

10.3 – Somente após tal procedimento, o Pregoeiro fará a adjudicação às empresas vencedoras.

11 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

11.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a licitante **manifestar-se motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

12.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando as demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora.

12.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por e-mail, correios ou entregues pessoalmente.

12.7. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, a licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro, sempre que não houver recurso.

13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14- DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - A Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até igual período.

14.2 - A ata será enviada por email para as empresas assinarem digitalmente e deverá ser enviada de volta ao município pelo mesmo endereço eletrônico recebido.

14.3 - Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Vale Real não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

espécie à empresa detentora, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, conforme prevê a Lei de Licitações.

14.4 A Ata de Registro de preços só poderá ser alterada nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21. Ocorrendo as hipóteses contidas Lei Federal nº 14.133/21, o índice de reajuste da referida ATA se fará em base do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

14.3 – O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato, devidamente documentado e comprovando o desequilíbrio, e antes de eventual prorrogação de prazo.

15 - RESPONSABILIDADES DA LICITANTE VENCEDORA

a) entregar os materiais licitados conforme as especificações deste Edital e em consonância com a proposta de preços;

b) arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da Adjudicatária;

15.1 - Indenizar terceiros por eventuais prejuízos decorrentes da execução ou inadimplência do presente contrato, independentemente das sanções aplicáveis e demais responsabilidades.

15.2 - Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na entrega dos equipamentos, ou que possam comprometer a sua qualidade.

15.3 - Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, à terceiros, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**.

15.4 - Atender as determinações da fiscalização da **CONTRATANTE**.

15.5 - Manter, durante a validade da ata, as mesmas condições de habilitação.

15.6 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE** no prazo de 03 (três) dias.

15.7 - Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

a) - Os fiscais da referida Ata de Registro de Preços serão:

b) **Fiscal responsável pelo recebimento:** Itacir Lemos de Góes;

c) **Fiscal do Contrato:** Itacir Lemos de Góes



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

16- RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 16.1 - O pagamento conforme o determinado no item 19 do edital.
- 16.2 - A fiscalização dos materiais objeto do presente contrato no momento da entrega.

17 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Em caso de **atraso injustificado na entrega dos equipamentos objeto do certame**, sujeitar-se-á, a licitante vencedora, à **multa de mora de 1% ao mês** de juros sobre o valor da nota de empenho;

17.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração anule a homologação e aplique outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

17.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

- a) **advertência**, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;
- b) **multa de até 10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor do empenho, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente
- c) **suspensão temporária do direito** de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução ocasionar prejuízos à Administração;
- d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

17.2.1. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, impedida de contratar com a Administração Pública**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17.3. A sanção de advertência de que trata o item 17.2, letra "a", poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

observados na entrega do objeto;

II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos equipamentos das Secretarias Municipais, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

17.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a administração pública. Caberá, ainda, a suspensão, quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos equipamentos das Secretarias Municipais.

19 – PAGAMENTO E FORNECIMENTO

19.1 - A aceitação e o recebimento dos materiais, objetos desta Licitação obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

19.2 – Os materiais da presente licitação deverão ser fornecidos de acordo com a necessidade da Secretaria, durante o período da sua vigência e nas condições deste edital, celebrando as contratações decorrentes, mediante emissão da Autorização de Fornecimento, exarada por escrito pelo Serviço de Compras, visada pela Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

19.3 - A aceitação e o recebimento dos equipamentos, objetos desta Licitação obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

19.4 No momento da entrega dos equipamentos serão considerados os seguintes requisitos:
b) Se os equipamentos estão em conformidade com o exigido no edital licitatório.

19.5- Tais equipamentos estarão sujeitos às alterações caso não atendam as especificações exigidas neste edital, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar as alterações necessárias.

19.6 – O recebimento será feito pelos servidores responsáveis pelas Secretarias citadas anteriormente, devendo ser observados: o perfeito estado e as especificações exigidas, podendo os mesmos serem rejeitados. Caso algum equipamento, seja rejeitado, a empresa deverá apresentar alterações em dois dias, sob pena do valor do mesmo ser estornado do montante empenhado.

19.8 – A entrega dos objetos da presente licitação será de acordo com o Termo de referência, Anexo VI do edital.

19.9 - O pagamento dos objetos licitados deverá ser realizado à vista, mediante documentos fiscais e a aceitação dos materiais.



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

19.10 - O local de entrega do item será na Prefeitura de Vale Real - RS, sito Rua Rio Branco, nº 659, Vila Nova, Vale Real, RS, em horário de expediente.

19.11 - O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo (**Pregão Eletrônico nº 004/2024**).

20 - RESCISÃO

20.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21 e posteriores alterações, com as consequências previstas na referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

20.2 - A rescisão contratual poderá ser:

20.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados na Lei 14.133/21;

20.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

21 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias previstas no orçamento vigente.

10 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços

10.02 - Infraestrutura

17.512.0218.2047 – Manutenção Rede Abastecimento de Água

Fonte STN 500

Categoria 3.3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo (1005)

22 - DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. É facultado, ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

22.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se a licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/21.

22.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

Vale Real.

22.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

22.5. A Administração, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade da Adjudicatária a terceiros, sejam estes fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

22.6. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Vale Real na data marcada, a sessão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local.

22.7. O Município de Vale Real se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

22.8. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Vale Real, através do email: licitacoes@valereal.rs.gov.br ou pelo Fone 051-3637 7050.

19.9. Integra este Edital:

- a) **ANEXO I** – Minuta de contrato;
- b) **ANEXO II** – Minuta da ata de registro de preços;
- c) **ANEXO III** – Modelo de declarações;
- d) **ANEXO IV** – Documento de formalização de demanda;
- e) **ANEXO V** – Estudo Técnico Preliminar;
- f) **ANEXO VI** – Termo de Referência.
- g) **ANEXO VII** – Parecer Jurídico

Vale Real/RS, 03 de abril de 2024.


CÁTIA MULLER
Procuradora Jurídica


CLAUDIA HAYASHI
Pregoeira



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO
- AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS -

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE VALE REAL, entidade de direito público interno, CNPJ nº 92.123.918/0001-46, sito à Rua Rio Branco, 659, Vale Real/RS, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Pedro Kaspariy, e

CONTRATADA:

XXX, CNPJ nº xxx, localizada na Rua xxx, CEP xxx, representada neste ato por xxx.

OBJETO e FUNDAMENTO:

O presente contrato disciplina a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS**, oriundo do processo de Licitação Edital nº 005/2024, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024**, regido pela Lei 14.133/21, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

I - PREÇO: A CONTRATADA se obriga, na forma estabelecida no Edital e Termo de Referência, e nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, cujas condições integram o presente contrato, na entrega dos itens, conforme descrições, especificações e condições expressas nos Anexos do Edital, na quantidade e valor abaixo descritos:

...

a) Estão vinculados a esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a Proposta da Contratada, demais anexos dos documentos supracitados.

b) No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

b.1) a inadimplência da Contratada em relação aos encargos referidos nesta alínea não transfere à Contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente contrato.

II- FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à Contratada em até 10 (dez) dias após cada entrega do objeto, e mediante a emissão de NOTA FISCAL do material, com o devido aceite da Secretária competente.

§ 1º Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação municipal aplicável.

§ 2º Quando da apresentação da nota fiscal deverá ser destacada a retenção do Imposto de Renda, nas alíquotas definidas por tipo de atividade, conforme Decreto Municipal 047/2022.

§ 3º A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

§ 4º Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

§ 5º Na hipótese de devolução da documentação fiscal para correção ou substituição ou que tenha sido fornecido mercadoria com defeito ou diversa do especificado no edital ou na nota de empenho, o prazo para pagamento fluirá a partir da regularização documental e ou substituição da mercadoria inadequada.

III – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

a) O valor contratado poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado álea econômica extraordinária e extracontratual;

b) O pedido de alteração de preço deverá ser endereçado ao Agente de Contratação, que decidirá no prazo de 48 horas, cabendo à Contratada apresentar recurso no prazo de 24 horas ao Prefeito Municipal, que também decidirá no prazo de 48 horas. Em ambas as instâncias o pedido será analisado pela Procuradoria Jurídica, a qual também emitirá parecer.

c) É vedado à Contratada interromper o fornecimento enquanto tramita o processo de revisão do preço, estando, caso contrário, sujeita às penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E ENTREGA DO OBJETO

I – O prazo de vigência deste contrato é de 12(doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos prazos e termos da Lei nº 14.133/21.

II – A CONTRATADA entregará o objeto de acordo com necessidade para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, respeitando o que segue:

a) os materiais deverão ser entregues pelo fornecedor diretamente nos locais designados pela Administração Municipal e serão conferidos por servidor indicado pela administração, sendo de sua responsabilidade o transporte e descarga no local indicado;

b) o Município poderá solicitar a pesagem das cargas conforme seu interesse, aleatoriamente, ficando a cargo da Contratada os custos da pesagem;

c) o fornecedor terá o prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da ordem de fornecimento para entregar os materiais, nos locais designados nas respectivas ordens;

d) caso o produto não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, a contratada deverá providenciar a sua adequação, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da data da notificação, expedida pela contratante, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório e na Lei nº 14.133/21;

e) os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte;

f) qualquer acidente ou incidente durante o deslocamento e/ou entrega do objeto licitado, serão de responsabilidade total da empresa contratada.



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da presente avença correrão conforme o estabelecido na confirmação de dotação orçamentária do edital e demais documentos do processo:

10 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços
10.02 - Infraestrutura
17.512.0218.2047 – Manutenção Rede Abastecimento de Água
Fonte STN 500
Categoria 3.3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo (1005)

CLÁUSULA QUARTA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

Constituirão motivos para extinção do contrato aqueles elencados no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, e ainda, conforme artigo 138 da referida Lei, a extinção poderá se dar:

- I - UNILATERALMENTE: determinado por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021;
- II - CONSENSUALMENTE: por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;
- III - JUDICIALMENTE, nos termos da legislação.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- h.1) A Administração terá o prazo de 03 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 02 dias;



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

j) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

II - São obrigações da CONTRATADA:

1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

b) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

j) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

k) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art.



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos,

n) devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLAÚSULA SEXTA – PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

A Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a Contratada para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Sétima, inciso I, alínea d, deste Contrato.

I - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

II - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então revogará a licitação.

III - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o presente contrato no prazo de 05 (cinco) dias da homologação da licitação, sujeitará o mesmo a multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada quando:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - Serão aplicadas à contratada quando incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

I - moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (tinta) dias;

O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

II - compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

V - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA OITAVA - CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitida a cessão do presente contrato, parcial ou total, tampouco a subcontratação do objeto, sob pena de rescisão e aplicação das sanções legalmente previstas.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Itacir Lemos de Góes.

Parágrafo Único – A Fiscalização de que trata o *caput* deste artigo não isenta a Contratada das responsabilidades estabelecidas pelo Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO E CASOS OMISSOS

I - O contrato será regido pelo disposto na Lei nº 14.133/21, e alterações, sem prejuízo das demais legislações pertinentes e ao Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2024.

II - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Feliz, para dirimir litígios decorrentes da presente avença, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, após lido e achado conforme.

Vale Real, xx de xxxx de 202X.

REPRESENTANTE LEGAL
(Contratada)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Município de Vale Real



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº Nº XXX/2024

PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos XXXXXXXXXXXXX de dois mil e vinte e quatro, nas dependências da Secretaria Municipal da Administração, o **MUNICÍPIO DE VALE REAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrado no CNPJ/MF sob nº 92.123.918/0001-46, com sede na Rua Rio Branco, 659, Vila Nova, em nome de seu Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO KASPARY**, brasileiro, casado, identidade nº 1021110455 e CPF nº 341.630.850-68, residente e domiciliado no Beco Jacó Kaspary, 133, Canto Krewer, no Município de Vale Real/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 077/2023 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado da **PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024**, homologado e publicado, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** mais vantajosos, por item, observadas as condições do edital que rege o pregão, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições legais e as condições seguintes:

Item 001: **EMPRESA, CNPJ:** , e-mail e telefone:, representada neste ato, por seu representante legal (nome do representante), portador da Identidade nº (numero identidade);

Item 002: **EMPRESA, CNPJ:** , e-mail e telefone:, representada neste ato, por seu representante legal (nome do representante), portador da Identidade nº (numero identidade);

Item 003: **EMPRESA, CNPJ:** , e-mail e telefone:, representada neste ato, por seu representante legal (nome do representante), portador da Identidade nº (numero identidade);

Item 004 : **EMPRESA, CNPJ:** , e-mail e telefone:, representada neste ato, por seu representante legal (nome do representante), portador da Identidade nº (numero identidade);

Item 005: **EMPRESA, CNPJ:** , e-mail e telefone:, representada neste ato, por seu representante legal (nome do representante), portador da Identidade nº (numero identidade).

Item 006: **EMPRESA, CNPJ:** , e-mail e telefone:, representada neste ato, por seu representante legal (nome do representante), portador da Identidade nº (numero identidade).

Item 007: **EMPRESA, CNPJ:** , e-mail e telefone:, representada neste ato, por seu representante legal (nome do representante), portador da Identidade nº (numero identidade).

Item 008: **EMPRESA, CNPJ:** , e-mail e telefone:, representada neste ato, por seu representante legal (nome do representante), portador da Identidade nº (numero identidade).

Item 009: **EMPRESA, CNPJ:** , e-mail e telefone:, representada neste ato, por seu representante legal (nome do representante), portador da Identidade nº (numero identidade).

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1– Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, referente a futura Aquisição de Material Hidráulico, conforme especificados abaixo:

XXXXXXXXXXXX



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por até igual período.

2.2 - Nos termos da Lei Federal 14.133/2021, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Vale Real não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III – DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado à vista, conforme o preço registrado como 1º lugar (o menor, o mais vantajoso, registrado na Ata Geral do Pregão Eletrônico nº 004/2024, anexo à presente Ata, transcrito para a cláusula 1ª desta), de acordo com cada Autorização de Fornecimento, mediante Apresentação dos documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Vale Real, no qual, deve estar discriminado tudo o que foi fornecido, e deverá, ainda, constar na Nota Fiscal o número da Licitação e o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura.

3.2 - O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

3.3 - O pagamento somente será realizado após recebimento e aceitação dos equipamentos.

3.4 - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.5 - Os preços que vierem a constar na Autorização de Fornecimento poderão ser reajustados, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA IV – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os objetos da presente licitação deverão ser fornecidos de acordo com a necessidade das Secretaria Municipal de Obras, no prazo de 10 (dez) dias, contados da Autorização de Fornecimento, através de empenho.

4.2 - **Local de entrega/recebimento:**



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

a) o local de entrega será: Prefeitura Municipal de Vale Real – Rua Rio Branco, 659 – Vila Nova – Vale Real – RS, em horário de expediente.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Município:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

5.1.2. Aplicar à Detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2 – Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigidas;

5.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os equipamentos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da Nota de Empenho pela detentora, seguidas pela Autorização de Fornecimento.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 - A cópia da Nota de Empenho será anexada ao processo de administração da ata. A aceitação e o recebimento das mercadorias, objetos desta Licitação obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.6 - O recebimento será mediante fiscalização, por servidores da prefeitura, devendo ser observados: o perfeito estado das mercadorias, das embalagens e as especificações exigidas, podendo as mesmas serem rejeitadas. Caso alguma mercadoria seja rejeitada, a empresa, deverá apresentar a mercadoria solicitada em dois dias, sob pena do valor da mesma ser estornada do montante empenhado.

6.7- As condições de fornecimento deverão obedecer estar de acordo com o Termo de Referência e Proposta Readequada.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1 - Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá decidir pela RESCISÃO CONTRATUAL, independentemente das seguintes penalidades.

- a) deixar de apresentar documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 20 (vinte) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
- f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

Administração pelo prazo de 3 (três) anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

- g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- i) as penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso;
- j) nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- k) da aplicação das penas definidas nos itens "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g" e "h" do item "7.1", caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação;
- l) a defesa prévia ou pedido de reconsideração relativos às penalidades dispostas será dirigido ao Sr. Prefeito Municipal, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

2.1 - Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, do art. 28, da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao art. 92, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024** o qual integra a presente Ata de Registro de Preços.

8.1.1- O reajuste terá como índice: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

2.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reequilíbrio em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA IX - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 9.1.1 - A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

9.1.2 - A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

9.1.4 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 - Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.3 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/2021.

9.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 03 dias da data de convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de equipamentos pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços será realizada através de autorização de fornecimento, em cada caso, pelo Serviço de Compras, que fará o acompanhamento do controle de Registro de Preços, dos quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão autorizados pela autoridade competente, ou a quem estiver delegado a competência para tanto.

CLÁUSULA XI - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024** e as propostas das empresas classificadas em 1º lugar por item no certame supranumerado, seguida da ata de julgamento, que é parte integrante desta.

11.2 – Havendo o cancelamento de item da Ata de Registro de Preço, será feito contato com o fornecedor seguinte no Ranking de preços ofertados, conforme o certame, através do e-mail cadastrado no Portal de Compras Públicas.

11.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/21 e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XIII - DO FORO

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Vale Real/RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Vale Real/RS, _____ de 2024.



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES

MODELO DE DECLARAÇÕES UNIFICADAS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Pregão ELETRÔNICO Nº ***

EMPRESA:
CNPJ:
EMAIL:
TELEFONE:
ENDEREÇO:

....., INSCRITO NO CNPJ Nº....., POR INTERMÉDIO DE
SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA
CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS:

- Do disposto no inc. VI do art. nº 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()¹.

- Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, sob risco de desclassificação, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021;
-

(DATA)

(REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EPP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº *****

[Nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, s.a, etc.)], endereço completo, inscrita no cnpj sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no cpf sob o nº [xxxx], **declara**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da lei complementar nº

123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e pelo artigo 4º da lei nº 14.133/2021.

Declaro, para fins da lc 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

() **Microempresa** – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

() **Empresa de pequeno porte** – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores , estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

observações:

- esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como me ou epp, nos termos da lc 123, de 14 de dezembro de 2006;
- a não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como me ou epp, nos termos da lc nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

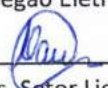
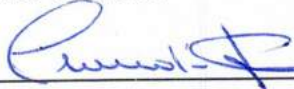
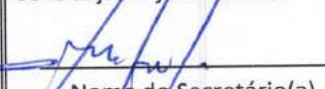

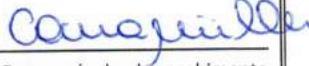
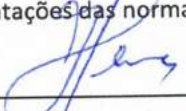
Local e data

Nome e assinatura do representante legal

Nome e assinatura do contador
(no caso de ME e EPP)
CPF: XXX.XXX.XXX-XX CRC: _____



Prefeitura Municipal de Vale Real - RS
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Nº 004/20243		FORMULÁRIO UNIFICADO: SOLICITAÇÃO DE COMPRA E DE CONTRATAÇÃO					
Data: 12/03/2024		Secretaria Solicitante: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Responsável pela solicitação: Araci Lindomar Eusébio de Brito					
Material: (x) Consumo () Permanente () Serviços		E-mail: planejamento@valereal.rs.gov.br Telefone Fixo/Ramal: (51) 998438842					
Modalidade: Pregão Eletrônico  Ass. Setor Licitação		Objeto: Solicitação de contratação de fornecimento de materiais hidráulicos. Justificativa: Justifica-se a aquisição dos materiais objetos do presente processo pela necessidade de utilização em manutenção nas redes de água municipais existentes e em futuras extensões de rede necessárias ao atendimento de demandas de abastecimento à população.					
Secretaria da Fazenda		Secretaria Solicitante		Setor de Compras/Licitação		Setor Jurídico	
Rubrica: Conforme email enviado ao setor em anexo.  Nome do Secretário(a)		Existe a necessidade de contratação descrita abaixo. Estou de acordo com a solicitação e justificativa.  Nome do Secretário(a)		Recebido em: Entrada Setor Licitação: 19/03/2024  Responsável pelo recebimento		Recebido em: Entrada Setor Jurídico: 19/03/2024  Responsável pelo recebimento	
Setor de Orçamentos:							
Os orçamentos que fundamentam esta estimativa de preço foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria. Data 19/03/2024.  Itacir Lemos de Góes							
Item	Material Especificado	Quant	UN	Valor U.	Valor T.	Fornecedor	
01	Mangueira PEAD 20 mm PN 16 (azul) PE 80	8.000	Metros	5,46	43.680,00	Vencedor do processo licitatório	
02	Tubo PBA classe15 JEI DN 50/DE 60 mm com 6 metros	750	Barras	117,12	87.840,00	Vencedor do processo licitatório	
03	Luva de correr PVC 60 MM com anel - longa	300	Peças	20,20	6.060,00	Vencedor do processo licitatório	
04	Caixas d'água fibra 20.000 litros com tampa	03	Unidades	7.489,00	22.467,00	Vencedor do processo licitatório	
05	União galvanizada junta de bronze 2"	50	Unidades	154,63	7.731,50	Vencedor do processo licitatório	



Prefeitura Municipal de Vale Real - RS
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

06	Luva galvanizada de 2"	100	Unidades	32,74	3.274,00	Vencedor do processo licitatório
07	Luva galvanizada de 1 ½	100	Unidades	21,51	2.151,00	Vencedor do processo licitatório
08	Tubo galvanizado 1 ½ x 3 x 6 m a base de fogo (NBR 5580)	150	Barras	288,18	43.227,00	Vencedor do processo licitatório
09	Tubo galvanizado 2" x 3x 6 m a base de fogo (NBR 5580)	110	Barras	364,92	40.141,20	Vencedor do processo licitatório
Valor Total Serviços: R\$		Valor Total Materiais: R\$ 256.571,70		Valor Total Geral:		



Prefeitura Municipal de Vale Real - RS
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 004/2024
ÁREA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Materiais para manutenção das redes de abastecimento de água do município e futuras extensões de rede necessárias ao atendimento de demandas da população.

2. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

As contratações anteriores foram eficientes, sendo que os contratos foram executados em sua totalidade, sem intercorrências.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO

Manutenção das redes de distribuição de água, responsabilidade do Poder Público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa participante deverá atender a todos os requisitos do termo de referência, além de preencher os requisitos de habilitação estabelecidos o edital.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL

Diante da necessidade acima apontada, analisamos as seguintes alternativas:

a) Solução 1

a.1) Viabilidade de mercado: Contratação de empresas para fornecimento

a.2) *Viabilidade econômica*: Pesquisa de valores praticados na região:

Item	Descrição do serviço	Qtde	Unidade	Valor unitário referência	Valor total referência
01	Mangueira PEAD 20 mm PN 16 (azul) PE 80	8.000	metros	5,46	43.680,00
02	Tubo PBA classe15 JEI DN 50/DE 60 mm com 6 metros	750	Barras	117,12	87.840,00
03	Luva de correr PVC 60 MM com anel - longa	300	Peças	20,20	6.060,00
04	Caixas d'água fibra 20.000 litros com tampa	03	Unidades	7.489,00	22.467,00
05	União galvanizada junta de bronze 2"	50	Unidades	154,63	7.731,50
06	Luva galvanizada de 2"	100	Unidades	32,74	3.274,00
07	Luva galvanizada de 1 ½	100	Unidades	21,51	2.151,00
08	Tubo galvanizado 1 ½ x 3 x 6 m a base de fogo (NBR 5580)	150	Barras	288,18	43.227,00
09	Tubo galvanizado 2" x 3x 6 m a base de fogo (NBR 5580)	110	Barras	364,92	40.141,20

a.3) Viabilidade operacional:

A empresa vencedora do processo deverá dispor de condições de entrega dos materiais dentro da necessidade do município, sempre que solicitado.

b) Solução 2

b.1) Viabilidade de mercado: Concessão dos serviços de abastecimento de água municipais

b.2) Viabilidade econômica: Vantagem econômica na concessão resultando valor ao município que poderia ser investido em infraestrutura.



Prefeitura Municipal de Vale Real - RS
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

b.3) Viabilidade operacional: Nessa opção seria necessária a recolocação dos servidores que atualmente são responsáveis pela manutenção das redes e pelo abastecimento de água de todo município em outras funções.

5. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ELEITA DE ACORDO COM A VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL.

Devido a composição atual do quadro de servidores e o receio da concessão aumentar consideravelmente os valores de tarifação da água que ocasionariam dificuldades financeiras em parte da população, a aquisição dos materiais torna a opção mais adequada e de resolução imediata, atendendo as necessidades dessa maneira.

6. DESCRIÇÃO DETALHADA DO PRODUTO E/OU SERVIÇO

Contratação de empresas para fornecimento de materiais hidráulicos para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

7. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo do ETP, declaramos a viabilidade de contratação da solução 01. Realizadas as tarefas pertinentes ao ETP, encaminho o documento solicitando ciência e aprovação para posterior elaboração do TR/PB.

Vale Real, 19 de março de 2024.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
Itacir Lemos de Góes
Secretário Municipal de Meio
Ambiente

☒ Defiro
☐ Indefero

Eduardo José Müller
Prefeito Municipal em exercício



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

Contratação de empresas para fornecimento de materiais hidráulicos para manutenção das redes de distribuição e execução de extensões de redes pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Descrição do serviço	Qtde	Unidade	Valor unitário referência	Valor total referência
01	Mangueira PEAD 20 mm PN 16 (azul) PE 80	8.000	Metros	5,46	43.680,00
02	Tubo PBA classe15 JEI DN 50/DE 60 mm com 6 metros	750	Barras	117,12	87.840,00
03	Luva de correr PVC 60 MM com anel - longa	300	Peças	20,20	6.060,00
04	Caixas d'água fibra 20.000 litros com tampa	03	Unidades	7.489,00	22.467,00
05	União galvanizada junta de bronze 2"	50	Unidades	154,63	7.731,50
06	Luva galvanizada de 2"	100	Unidades	32,74	3.274,00
07	Luva galvanizada de 1 ½	100	Unidades	21,51	2.151,00
08	Tubo galvanizado 1 ½ x 3 x 6 m a base de fogo (NBR 5580)	150	Barras	288,18	43.227,00
09	Tubo galvanizado 2" x 3x 6 m a base de fogo (NBR 5580)	110	Barras	364,92	40.141,20

1.2. O Contratado, no fornecimento do objeto, deverá observar:

a) os materiais deverão ser entregues pelo fornecedor diretamente nos locais designados pela Administração Municipal e serão conferidos por servidor indicado pela administração, sendo de sua responsabilidade o transporte e descarga no local indicado;

b) caso o produto não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, a contratada deverá providenciar a sua adequação, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da data da notificação, expedida pela contratante, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório e na Lei nº 14.133/21;



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

- c) os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte;
- d) qualquer acidente ou incidente durante o deslocamento e/ou entrega do objeto licitado, serão de responsabilidade total da empresa contratada;
- e) as aquisições serão compatíveis com a necessidade para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, durante o Exercício de 2024, sem quantidades mínimas por pedido.
- f) Os produtos deverão estar em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, e de outras normas regulamentadoras aplicáveis aos objetos, em vigor (caso houver).
- g) Os licitantes que participarem do processo deverão apresentar amostras dos itens que serão cotados pela empresa para aprovação prévia ao processo. Só serão aceitos produtos cujas amostras foram previamente aprovadas pela administração.
- h) A apresentação das amostras deverá ser feita até o dia 19 de abril de 2024 e o documento de aprovação das mesmas retiradas junto ao setor responsável até o dia 24 de abril de 2024, em horário comercial.
- i) Para os licitantes que cotarem produtos das marcas Tigre, Amanco e/ou Polierg, não há necessidade de apresentar amostras, pois as mesmas já estão pré aprovadas pelo Município.
- j) As amostras deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, (A/C Sr. Itacir), localizada à Rua Rio Branco–, 659 - Bairro Vila Nova, CEP: 95778-000, Vale Real/RS, fone: (51) 3637 - 7050, no horário de atendimento, com todas as despesas de frete por conta das empresas licitantes.
- k) As amostras deverão ser entregues em suas embalagens originais, perfeitamente identificadas, constando na embalagem ou no produto uma etiqueta com o nome da empresa e a numeração do item do produto de acordo com a constante no TERMO DE REFERENCIA deste Edital, e a respectiva marca.
- l) Os licitantes deverão apresentar as amostras (exceto item 04) mediante a apresentação de um Certificado de Entrega, em duas vias, de acordo com o modelo abaixo:

CERTIFICADO DE ENTREGA DAS AMOSTRAS:

Declaramos, para os devidos fins (em atendimento aos requisitos do Edital nº 005/2024 - Pregão Eletrônico nº 004/2024) a entrega de 01 (uma) amostra dos seguintes produtos:

Item	Descrição	Marca/Modelo
------	-----------	--------------



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

Entregue no dia ____/____/2024 por _____

Nome e assinatura

Carimbo da empresa

Recebido no dia ____/____/2024 por _____

Nome e assinatura

m) Ao município fica reservado o direito de RECUSAR materiais que vem apresentando problemas na execução, mesmo que os mesmos possuam a certificação técnica exigida no termo de referência do presente edital.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. Contratação imediata, após homologação do processo licitatório, com prazo de vigência de 12 (doze) meses.

2.2. Entrega parcelada de acordo com as quantidades solicitadas pelo responsável da administração municipal.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei nº 14.133/2021), cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo processo, por meio de especificações usuais de mercado.

CAPÍTULO II DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição é necessária porque se trata de necessidade das Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para atendimento as demandas diárias em manutenção das redes de abastecimento e distribuição de água, além de futuras extensões necessárias ao atendimento as demandas de fornecimento de água a população.



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Aquisição de materiais hidráulicos.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Apresentação da documentação exigida no edital.

CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A solicitação de entrega e conferência dos materiais entregues será acompanhada pelo Secretário Itacir Lemos de Góes o qual será responsável por abonar o documento de entrega, que deverá manter correspondência com a nota fiscal, que deverá ser entregue na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. PRAZO

Prazo da contratação será de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado havendo saldo a ser entregue.

8.2. LOCAL

Os materiais serão entregues nos locais indicados pelo fiscal do contrato.

8.3. HORÁRIO

A serem definidos pela administração em cronograma próprio e de acordo com as demandas diárias.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) executar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e locais indicados pela Secretaria responsável.
- b) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência?

(x) Não.

() Sim. Justificar e indicar quais itens/serviços podem ser subcontratados:

12. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

As entregas serão acompanhadas pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, sendo que qualquer deficiência será comunicada à empresa contratada, a qual se obriga a correção no momento da comunicação, sob pena de não receber na integralidade.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega/execução do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

13.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

13.5. O responsável pela fiscalização do contrato será o Secretário Municipal do Meio Ambiente, Itacir Lemos de Góes.

14. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

14.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

15.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita em 5 dias corridos, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço executado e consequente aceitação.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do objeto licitado, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

16.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

16.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

16.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

16.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

16.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17. DAS PENALIDADES

17.1. A sanção de suspensão de participar de licitação e contratar com o a Administração Pública poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

17.1.1. Retardarem a execução do pregão;

17.1.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

17.1.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

17.2. Quando da ação ou omissão decorrerem graves prejuízos ao MUNICÍPIO DE VALE REAL/RS, seja pela não assinatura do contrato/ata, pela inexecução do objeto, pela execução imperfeita, ou ainda, por outras situações concretas que ensejarem a sanção.

17.3. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com os termos da lei.

17.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

18. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário ou pagamento de fatura.

19. DOS CRITÉRIOS DE REDUÇÕES DE PAGAMENTO

Não se aplica.

CAPÍTULO VI
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

20.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a modalidade da contratação a ser realizada será Pregão Eletrônico, devidamente instruída e fundamentada.

21. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

21.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e) assinatura do responsável legal da empresa.

22. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

De acordo com o edital de pregão.

22.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(x) Sim () Não

Justifique a necessidade ou não de apresentação de atestado (s) de capacidade técnica:

22.2 VISTORIA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

22.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(X) Não () Sim

Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:

22.4 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Não se aplica



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

22.5 AMOSTRA

() Não (x) Sim

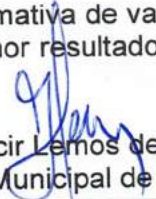
Em caso da resposta for SIM, justifique a necessidade de apresentação de amostra e indique critérios técnicos para sua aprovação:

Será exigida amostra para licitantes de marcas não pré-aprovadas devido a necessidade de confirmação da qualidade dos materiais com a finalidade de evitar retrabalho nas manutenções de redes.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Descrição do serviço	Qtde	Unidade	Valor unitário referência	Valor total referência
01	Mangueira PEAD 20 mm PN 16 (azul) PE 80	8.000	Metros	5,46	43.680,00
02	Tubo PBA classe15 JEI DN 50/DE 60 mm com 6 metros	750	Barras	117,12	87.840,00
03	Luva de correr PVC 60 MM com anel - longa	300	Peças	20,20	6.060,00
04	Caixas d'água fibra 20.000 litros com tampa	03	Unidades	7.489,00	22.467,00
05	União galvanizada junta de bronze 2"	50	Unidades	154,63	7.731,50
06	Luva galvanizada de 2"	100	Unidades	32,74	3.274,00
07	Luva galvanizada de 1 ½	100	Unidades	21,51	2.151,00
08	Tubo galvanizado 1 ½ x 3 x 6 m a base de fogo (NBR 5580)	150	Barras	288,18	43.227,00
09	Tubo galvanizado 2" x 3x 6 m a base de fogo (NBR 5580)	110	Barras	364,92	40.141,20

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.


Itacir Lemos de Góes
Secretário Municipal de Meio Ambiente



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal.

10 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços

10.02 - Infraestrutura

17.512.0218.2047 – Manutenção Rede Abastecimento de Água

Fonte STN 500

Categoria 3.3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo (1005)

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Vale Real, 19 de março de 2024.


RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
Itacir Lemos de Góes


SECRETÁRIO RESPONSÁVEL
Araci Lindomar Eusébio de Brito

☒ Defiro
☐ Indefiro


PREFEITO MUNICIPAL
Eduardo José Müller

De: contabilidade@valereal.rs.gov.br
Enviado em: terça-feira, 2 de abril de 2024 14:57
Para: administracao@valereal.rs.gov.br
Assunto: Re: ENC: Rubricas

01 - Material Hidráulico : R\$ 256.571,70
10 - SECRET.MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
10.02- INFRAESTRUTURA
17.512.0218.2047 - MANUT.REDE ABASTEC.AGUA FONTE STN 500 CATEGORIA 3.3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (1005)

02 - Serviços de colocação de PAVS e meio-fio: R\$ 127.720,00

10 - SECRET.MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
10.02- INFRAESTRUTURA
26.782.0218.2172 - MANUTENCAO ESTRADAS, PONTES, ASFALTO E CALÇAMENTOS FONTE STN 500 CATEGORIA 3.3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA(332)

10 - SECRET.MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
10.02- INFRAESTRUTURA
26.782.0218.2172 - MANUTENCAO ESTRADAS, PONTES, ASFALTO E CALÇAMENTOS
FONTE STN 701
CATEGORIA 3.3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA(1096)

Em 2024-04-02 14:44, administracao@valereal.rs.gov.br escreveu:

> Reitero a solicitação abaixo.....com urgência.

>

> Cláudia Hayashi

>

> Coordenadora Captação de Recursos

>

> Secretaria da Administração

>

> De: administracao@valereal.rs.gov.br

> <administracao@valereal.rs.gov.br>

> Enviada em: terça-feira, 19 de março de 2024 14:57

> Para: contabilidade@valereal.rs.gov.br; Andrea Simoni Kiekow

> (askiekow@yahoo.com.br) <askiekow@yahoo.com.br>
> Assunto: Rubricas
>
> Oii
>
> Preciso rubricas para :
>
> 01 - Material Hidráulico : R\$ 256.571,70
>
> 02 - Serviços de colocação de PAVS e meio-fio: R\$ 127.720,00
>
> Ambos registro de preços
>
> Cláudia Hayashi
>
> Coordenadora Captação de Recursos
>
> Secretaria da Administração

Secretaria do Meio Ambiente Prefeitura Vale Real

Assunto: licitação.

Secretária de obra.

8.000 metros de mangueira PEAD 20mm PN 16 (Azul) PE 80.

Média de preço 5,463.

(Material para uso setor da água)

Vale Real 06 de março 2024.

Itacir.



JETDUTO TUBOS E CONEXOES EIRELI

EST DA MACONARIA, 777 -

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS

CNPJ:94.334.752/0001-32 I.E.: 1280058495 CEP: 95760000
5135361323**Jetduto**Referente: **Orçamento 005014 de VENDA**Para: **MUNICIPIO DE VALE REAL**

Att: ITACIR

Data: 05/03/2024 Fone: 513637-70.50

CEP: 95778000

Cidade: VALE REAL

Fax:

CNPJ: 92.123.918/0001-46

I.E.: ISENT0

Endereço: R RIO BRANCO



Referência: I71620NBRBL - TUBO PEAD PE80 20 X 2,3 PN1MPA AZUL IRRIGAÇÃO

Refer. Cliente:

Quantidade: 5.000,00 MT

Peso: 655,00Kg

Preço Unit.:

R\$ 4,09 IPI:

Valor IPI: R\$ 0,00

ICMS ST: R\$ 0,00

NCM: 84248229

Total Produtos: R\$ 20.450,00

Prazo p/ Entrega: 20 dias Uso Cliente:

Valor Total: R\$ 20.450,00

Observação:

Peso Total:	655,00Kg
Total Produtos:	R\$ 20.450,00
Total do IPI:	R\$ 0,00
Total do ICMS ST:	R\$ 0,00
Total do Frete:	R\$ 0,00
Total do Orçamento:	R\$ 20.450,00

Data Validade: 10/03/2024

Condição Pgto: APRESENTAÇÃO

Remetente: EXPEDICAO

Transportadora: 1JETDUTO TUBOS E CONEXOES EIRELI

Tipo de Frete: Por conta do Remetente (CIF)

Redespacho:

Observações:

OBRIGATÓRIO CONSTAR O NÚMERO DESTE ORÇAMENTO NO SEU PEDIDO



ORÇAMENTO

HERTER COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA
AV VOLUNTARIOS DA PATRIA, 1211
95770-000, FELIZ, RS
90.873.118/0001-17
(51) 9.98562272

Número
138265

Data Orçamento
05/03/2024

Impresso em:
05/03/2024 09:10

Página: 1

Dados do Cliente

Cliente: 000116 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE REAL
Documento: 92.123.918/0001-46
Endereço: RIO BRANCO, 659
Bairro: VILA NOVA
Cep/Cidade: 95778-000 / VALE REAL
E-mail: empenhos@valereal.rs.gov.br

Contato:
Insc Estad.:

Complemento:
Fone: (51) 3637-7050
Vendedor: FRANCIELE G. BRUSQUE

Código	Descrição do Material - Referência	UN	Qtde	VI. Unitário	Desc	VI. Total
2689	CANO PBA DN50 DE60 CLASSE 15 - 6MT TIGRE - 2689	UNI	12	154,00	0,00	1.848,00
2694	LUVA CORRER PBA DN50 DE60 TIGRE -	UNI	20	27,00	0,00	540,00
2685	ANEL BORRACHA DN 50 DE 60 TIGRE -	UNI	40	4,50	0,00	180,00
11323	TUBO POLIETILENO PE-5 20MM AZUL TIGRE - 1-2014-09-30 15:50:37	MT	100	8,40	0,00	840,00

Totais

Condição Pgto: 13 - ORÇAMENTO

Total Serviço: 0

Total Produtos: 3.408,00

Total Desconto Item: 0,00

Total Desconto Pedido: 0,00

Total Frete: 0,00

Total Orçamento: 3.408,00

FRANCIELE G. BRUSQUE
HERTER COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE REAL

ACQUADUTO BRASIL LTDA

EST. RESERVA NATURAL, 600 - CASA 41 SALA 02

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS

CNPJ: 39.889.959/0001-65 I.E.: 1280060104 CEP: 95760000

(51) 99972-0608

**Acquaduto**

SOLUÇÕES EM TUBOS E PERIFERIAS

Referente: **Orçamento 000237 de VENDA CONSUMO FINAL**Para: **MUNICIPIO DE VALE REAL**

Att:

Data: 05/03/2024 Fone: (051) 6377-050

CEP: 95778000

Cidade: VALE REAL

Fax:

CNPJ: 92.123.918/0001-46

I.E.: ISENT0

Endereço: R RIO BRANCO



Referência: AQ71620NBRBL - TUBO PEAD PE80 20 X 2,3 PN1MPA AZUL

Refer. Cliente:

Quantidade: 5.000,00 M

Peso: 655,00Kg

Preço Unit.:

R\$ 3,90 IPI:

Valor IPI: R\$ 0,00

ICMS ST: R\$ 0,00

NCM: 39172100

Total Produtos: R\$ 19.500,00

Prazo p/ Entrega:

20 dias Uso Cliente:

Valor Total: R\$ 19.500,00

Observação:

Peso Total: 655,00Kg**Total Produtos: R\$ 19.500,00****Total do IPI: R\$ 0,00****Total do ICMS ST: R\$ 0,00****Total do Frete: R\$ 0,00****Total do Orçamento: R\$ 19.500,00**

Data Validade: 15/03/2024

Condição Pgto: APRESENTAÇÃO

Remetente: ADMINISTRADOR

comercial@acquaduto.com.br

Transportadora: 1ACQUADUTO BRASIL LTDA

Tipo de Frete: Por conta do Remetente (CIF)

Redespacho:

Observações:

OBRIGATÓRIO CONSTAR O NÚMERO DESTA ORÇAMENTO NO SEU PEDIDO

Secretaria do Meio Ambiente Prefeitura Vale Real

Assunto: licitação.

Secretária de obra.(para manutenção e rede nova de água).

750 barra de tubo PBA classe 15 JEI DN 50/DE 60 mm com 6 metros. (Media 117,12)
300 peça luva de correr PVC 60mm com Anel longa. (media 20,206').

(Marca tigre ou Amanco já aprovado)

Vale real 06 de março 2024.

Itacir.



RG Materiais Hidráulicos LTDA

Rua Beatriz Brandão, 175
Fone/Fax: (51) 99800-5988
Centro
Viamão / RS

CNPJ: 19.492.932 / 0001 - 27
Inscrição Estadual.: 159/0235255
CEP 94.410-020

Orçamento

Cliente: Município de Vale Real RS

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quantidade	Preço unitário	Preço Total
1	Tubo PBA classe 15 JEI DN 50 DE 60mm	BR	Amanco	700	R\$ 91,90	R\$ 64.330,00
2	Luva de correr PBA DN 50 DE 60mm	PÇ	Amanco	200	R\$ 17,90	R\$ 3.580,00
Total do orçamento						R\$ 67.910,00

PRAZO DE ENTREGA: 30 dias

Validade da proposta: 30 dias

Dados bancários
Banco Banrisul (041)
Ag. 1176
Conta 06.148.046.06

ROBISON DE
JESUS:008728
89076

Assinado de forma
digital por ROBISON DE
JESUS:00872889076
Dados: 2024.03.01
14:17:48 -03'00'

Viamão, 01 de Março de 2024.

RG Materiais Hidráulicos LTDA
Robison de Jesus
Vendas / RS
Sócio-Administrador
Celular (51) 99800-5988
E-mail rgviamao@gmail.com



ORÇAMENTO

HERTER COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA
AV VOLUNTARIOS DA PATRIA, 1211
95770-000, FELIZ, RS
90.873.118/0001-17
(51) 9.98562272

Número
138265

Data Orçamento
05/03/2024

Impresso em:
05/03/2024 09:10

Página: **1**

Dados do Cliente

Cliente: **000116 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE REAL**
Documento: 92.123.918/0001-46
Endereço: RIO BRANCO, 659
Bairro: VILA NOVA
Cep/Cidade: 95778-000 / VALE REAL
E-mail: empenhos@valereal.rs.gov.br

Contato:
Insc Estad.:

Complemento:
Fone: (51) 3637-7050
Vendedor: FRANCIELE G. BRUSQUE

Código	Descrição do Material - Referência	UN	Qtde	VI. Unitário	Desc	VI. Total
2689	CANO PBA DN50 DE60 CLASSE 15 - 6MT TIGRE - 2689	UNI	12	154,00	0,00	1.848,00
2694	LUVA CORRER PBA DN50 DE60 TIGRE -	UNI	20	27,00	0,00	540,00
2685	ANEL BORRACHA DN 50 DE 60 TIGRE -	UNI	40	4,50	0,00	180,00
11323	TUBO POLIETILENO PE-5 20MM AZUL TIGRE - 1-2014-09-30 15:50:37	MT	100	8,40	0,00	840,00

Totais

Condição Pgto: 13 - ORÇAMENTO	Total Serviço: 0	Total Produtos:	3.408,00
		Total Desconto Item:	0,00
		Total Desconto Pedido:	0,00
		Total Frete:	0,00
		Total Orçamento:	3.408,00

FRANCIELE G. BRUSQUE
HERTER COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE REAL



www.comercialguigo.com.br

COMERCIAL GUIGO LTDA.

CNPJ: 03.068.955/0001-79 IE: 078/0065581

RUA OTHELO ROSA, 519

Bairro: FERROVIÁRIO - CEP: 92.511-805

MONTENEGRO/RS

Fone: 3632-7472 | Fax: 3632-4964

comercialguigo@terra.com.br | comercialguigo.com.br

ORÇAMENTO

Emissão: 04/03/2024

Validade: 14/03/2024

Número: 65460

CLIENTE

COMERCIAL GUIGO LTDA

CNPJ: 03.068.955/0001-79 IE: 0780065581

RUA OTHELO ROSA, 519

Bairro: FERROVIÁRIO - CEP: 92.511-805

MONTENEGRO/RS

Código: 00090.00

Contato:

Fone: (51) 3632-4964

TRANSPORTE

Responsável: Destinatário Peso: 60,310 kg

Transportadora: EXPRESSO LEOMAR LTDA

Contato:

Fone: (51) 3714-1939 / 51-3709.0111Lajea

OUTRAS INFORMAÇÕES

Condição pgto: 35 DIAS

Vendedor: DANIEL LEMOS

Representante: DANIEL LEMOS

Entrega: 14/03/2024

OC Cliente: ITACIR

CONSUMO

Referência	Descrição do item	Quantidade	Unid	Unitário	Desconto	Subtotal
14969	TUBO PVC PBA JEI CL-15 DN50-DE60 MM Peso: 54,000 kg Marca: AMANCO Local: I A-02	10,000	BR	96,880		968,80
22015	LVCR PVC PBA JE DE 60 MM Peso: 4,780 kg Marca: AMANCO Local: S D-01	20,000	PÇ	15,720		314,40
BB.0002	ANEL BOR PBA DE 60 MM Peso: 0,680 kg Marca: TAMPELLI Local: S O-51	40,000	PÇ	4,080		163,20
PUL.0001	FITA VEDA ROSCA 18 MM X 25 MT Peso: 0,850 kg Marca: PULVITEC Local: S G-01	50,000	UN	5,600		280,00

	Itens	(+) Acréscimos	(-) Desconto	(+) IPI	(+) ICMS ST	Total
TOTAIS (R\$)	1.726,40					1.726,40

OBSERVAÇÕES

FRETE POR CONTA DO CLIENTE
DEPOSITO BANCARIO

DANIEL LEMOS
COMERCIAL GUIGO LTDA.

COMERCIAL GUIGO LTDA

Secretaria do Meio Ambiente Prefeitura Vale Real

Assunto: Licitação.

Secretária de obra.

3 un. Caixa de água fibra 20.000 litros (Com tampa) Media de preço 7.489,00.

(Este Material será comprado para melhorar o fornecimento de água).

Vale Real 21 de fevereiro 2024.

Itacir.

BAKOF TEC	BAKOF FREDERICO WEST FONE: 55 3744 9900	PEDIDO
		Emissão: 14/02/2024 Pagina: 1 Impresso em: 14/02/2024

DADOS CLIENTE			
Nome:	MUNICIPIO DE VALE REAL	Código:	481238
End:	RUA RIO BRANCO S/N	CNPJ / CPF:	92123918000146
Bairro:	VILA NOVA	CEP:	95778000
Cidade:	VALE REAL	Estado:	RS
Fone:	5136377050	Fone/Fax:	

DADOS PEDIDO	
Representante:	Cond. Pagto: VENDA 2X - 28/56D
Prev. Entrega: 15/03/2024	Ordem de Compra:
Local Entrega: RUA RIO BRANCO, S/N, VILA NOVA, VALE REAL - RIO GRANDE DO SUL - 95778000	

Seq.	Código	Descrição	U.M.	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Imp.	Total
1	000620	RESERV.FIB. 20.000L C/TPA BAKOF	PC	3,000	7.127,00	0,00	21.381,00

TOTAIS DO PEDIDO	
Total Itens	21.381,00
Valor IPI	0,00
Valor ST	0,00
Total Pedido	21.381,00

Dados Remetente	
Empresa: BAKOF PLASTICOS LTDA	Cidade: FREDERICO WESTPHALEN
Fone: 55 3744 9900	Bairro: APARECIDA
CNPJ: 91967067000155	Endereço: RODOVIA BR 386 KM 35
Inscrição: 0490019692	CEP: 98400000



Plastifibra Ind. E Com. De Artefatos Plásticos LTDA

CNPJ: 90.954.660/0001-02

I.E.: 124/0225773

Telephone: 51 3568-0033

E-mail: plastifibra@plastifibra.com.br

Endereço: Av. Parobé, 6100, São Leopoldo - RS, CEP 93140-000

Geometria do Meio Ambiente Prefeitura Vale Real | Cidade/UF: Vale Real

Cliente: Secretaria do Meio Ambiente Prefeitura Vale Real
Endereço: Cidade/UF

Contatto:

Fone:

CNPJ:

E-mail NFE:

e-mail: meioambiente1@valereal.rs.gov.br

	Detailhamen
E:	
E:	

Detalhamento

[illegible]

Observações:

Validade da proposta: 5 dias

Condições de pagamento: Empenho

Erste C/F

Prazo de Entrega: Até 10 dias úteis

Atenciosamente,

Chico / Kelly

51 3568-0033



ORÇAMENTO

MADEIREIRA STEFFENS LTDA - FILIAL VR
ROD RS 452, 6870
95778-000, VALE REAL, RS
(51) 2042-1597

Número
147375

Data Orçamento
15/02/2024

Impresso em:
16/02/2024 17:19

Página: 1

Dados do Cliente

Cliente: 400067 - MUNICIPIO DE VALE REAL
Documento: 92.123.918/0001-46
Endereço: RUA RIO BRANCO, 659
Bairro: CENTRO
Cep/Cidade: 95778-000 / VALE REAL
E-mail:

Contato:
Insc Estad.: ISENT0
Complemento:
Fone: 51 3637-7050
Vendedor: VANESSA

Código	Descrição do Material - Referência	UN	Qtde	VI. Unitário	Desc	VI. Total
6262	RESERVATORIO FIBRA 20.000 LTS -	UN	3	7.650,00	0,00	22.950,00

Totais						
Condição Pgto: 10 - ORCAMENTO			Total Serviço: 0	Total Produtos:	22.950,00	
				Total Desconto Item:	0,00	
				Total Desconto Pedido:	0,00	
				Total Orçamento:	22.950,00	

Observações

Obs Entrega: #

VANESSA
MADEIREIRA STEFFENS LTDA

MUNICIPIO DE VALE REAL

Secretaria do Meio Ambiente Prefeitura Vale Real

Assunto: Licitação.

Secretária de obra (material para manutenção das redes de água,
E rede novas).

50 un. União galvanizada junta de bronze 2"	Média 154,633
100 un. Luva galvanizada de 2"	Média 32,746
100 un. Luva galvanizada de 1.1/2	Média 21,51
150 br. Tubo galvanizado 1.1/2 x 3 x 6 M a base de fogo(NBR 5580)	Média 288,183
110 br. Tubo galvanizado 2"x3x6M a base de fogo (NBR 5580).	Média 364,92.

Vale real 23 de fevereiro 2024.

Itacir.



RB DOSSIN COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
R PROFESSOR LUIZ FACCHIN, 175
SAO JOSE
CAXIAS DO SUL
95.043-660 Fone:(54)3223-5560
CNPJ: 90.206.509/0001-88

RS
Fax: (54)3223-5560
Insc. Est.:029/0124417

ORÇAMENTO Nº 7331

EMISSAO 23/02/2024 HORA 08:17:23

SERIE

OR

REF NRº

ENTREGA 23/02/2024 HORA 08:12:00

DADOS DO CLIENTE

Nome PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE REAL (1787)
Bairro CENTRO
Cidade VALE REAL
Endereço RIO BRANCO, 659,
Fantasia
CNPJ/CPF 92.123.918/0001-46
E-Mail administracao@valereal.rs.gov.br

Fone (051)3637-7050
Fax
Cep 95778-000
Uf RS
Contato
Insc. Estadual ISENT0

COND.PAG.:

Desdobramento de Títulos

cinco mil, Cento e oitenta e sete reais e oitenta centavos

Num/Par	Vencimento	Valor	Num/Par	Vencimento	Valor	Num/Par	Vencimento	Valor

SEQ	CODIGO	REF	DESCRIÇÃO	QTD	UN	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	00002433		UNIÃO GALVANIZADA 2"	5	PÇ	107,00000	535,00000
2	00002433		LUVA GALVANIZADA 2"	8	PÇ	24,60000	196,80000
3	00002433		LUVA GALVANIZADA 1.1/2"	8	PÇ	16,00000	128,00000
4	00001609	NBR 5580	TUBO GALVANIZADO 1.1/2" X 3 X 6 M	8	UN	239,00000	1.912,00000
5	00001609	NBR 5580	TUBO GALVANIZADO 2" X 3 X 6 M	8	UN	302,00000	2.416,00000

IPI	0,00	QUANT. TOTAL	37	SUBSTITUIÇÃO	0,00	PRODUTOS	5.187,80
FRETE	0,00	DESCONTO	0,00	ACRESC.	0,00	TOTAL	5.187,80

OBSERVAÇÕES: VALIDADE DO ORÇAMENTO: 5 DIAS
PREÇOS SUJEITOS A REAJUSTE DE PREÇOS E ESTOQUE.
PRAZO DE ENTREGA: À COMBINAR
NÃO ACEITAMOS DEVOLUÇÕES SEM CONSENTIMENTO PREVIO.

Aprovado () Sim () Não

Transp: RB DOSSIN Frete : CIF

ASSINATURAS:

Documento Destino tipo: _____ nº _____



ORÇAMENTO

HERTER COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA
AV VOLUNTARIOS DA PATRIA, 1211
95770-000, FELIZ, RS
90.873.118/0001-17
(51) 9.98562272

Número
137603

Data Orçamento
22/02/2024

Impresso em:
22/02/2024 10:45

Página: 1

Dados do Cliente

Cliente:	000116 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE REAL	Contato:	
Documento:	92.123.918/0001-46	Insc Estad.:	
Endereço:	RIO BRANCO, 659		
Bairro:	VILA NOVA	Complemento:	
Cep/Cidade:	95778-000 / VALE REAL	Fone:	(51) 3637-7050
E-mail:	empenhos@valereal.rs.gov.br	Vendedor:	ADRIANA C. SIMON

Código	Descrição do Material - Referência	UN	Qtde	Vi. Unitário	Desc	Vi. Total
2645	CANO GALVANIZADO 11/2" X 3,00MM 4830 -	MT	318,60 48	53,10	0,00	2.548,80
239	UNIAO GALVANIZADA ASSENTO BRONZE 2" TUPY -	UNI	5	228,00	0,00	1.140,00
2569	LUVA GALVANIZADA 2" -	UNI	8	45,00	0,00	360,00
2568	LUVA GALVANIZADA 11/2" -	UNI	8	30,00	0,00	240,00
2646	CANO GALVANIZADO 2" X 3,00MM 6030 -	MT	405,00 48	67,50	0,00	3.240,00

Totais

Condição Pgto: 13 - ORÇAMENTO	Total Serviço: 0	Total Produtos:	7.528,80
		Total Desconto Item:	0,00
		Total Desconto Pedido:	0,00
		Total Frete:	0,00
		Total Orçamento:	7.528,80

ADRIANA C. SIMON
HERTER COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE REAL

**JH SEBEN COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Rua Ernesto Casara, 522 Bairro Salgado Filho CEP: 95098-140 Caxias do Sul - RS

CNPJ: 05.764.648/0001-58 INSC. ESTADUAL: 029/0410282

Fone: (54) 32135599

Email: jhseben@hotmail.com

ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Uniao Galvanizada Junta de Bronze 2"	UNID	5	R\$ 128,90	R\$ 644,50
2	Tubo de Ferro Galvanizado 1 1/2x6mx3mm	UNID	8	R\$ 306,95	R\$ 2.455,60
3	Luva Galvanizada 2"	UNID	8	R\$ 28,64	R\$ 229,12
4	Luva Galvanizada 1 1/2	UNID	8	R\$ 18,53	R\$ 148,24
5	Tubo de Ferro Galvanizado 2"x6mx3mm	UNID	8	R\$ 387,73	R\$ 3.101,84

TOTAL R\$ 6.579,30

CAXIAS DO SUL, 22 DE FEVEREIRO DE 2024

VOLMIR JOSÉ SEBEN
CPF: 471.853.500-00**05 764 648/0001-58**
JH SEBEN COMÉRCIO DE MATERIAIS DE
CONSTRUÇÃO LTDA - MATRIZ
Rua Ernesto Casara, 522 - Apto.: 01
Bairro Salgado Filho - CEP: 95098-140
CAXIAS DO SUL - RS



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

PARECER JURÍDICO Nº 25/2024 – PROCURADORIA JURÍDICA

PROCESSO Nº: 005/2024 –

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO N. 004/2024 – Sistema de Registro de Preços

VALOR: R\$ 256.571,00

I- RELATÓRIO

TRATA O PRESENTE EXPEDIENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE TEM POR FINALIDADE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO E EXECUÇÃO DE EXTENSÕES DE REDES PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, mediante licitação pública, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

- I) Documento de formalização da demanda;
- II) Despacho da secretária municipal solicitante;
- III) Pesquisa de mercado com cotações de preços;
- IV) Rubrica Orçamentária;
- V) Estudos técnicos preliminares;
- VI) Justificativa;
- VII) Autorização da autoridade superior;
- VIII) Termo de referência
- IX) Minuta de Edital, contrato/ata e anexos

É a síntese do necessário para análise jurídica.

II- APRECIÇÃO JURÍDICA



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência, o decreto de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruídos, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

E, nos termos apresentados na justificativa de contratação, resta evidente a sua necessidade, tendo em vista as solicitações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal da Agricultura para atendimento das demandas diárias em manutenção das ruas e estradas.

Ademais, registra-se a inexistência do plano anual de contratações nesta Secretaria, o que prejudica a análise de compatibilidade da contratação com o referido plano, em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, *in fine*:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte: VII - a partir de documentos de formalização de demandas, **os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão**, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contem os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária.

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos possuem os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de contratação, estimativa de preços, resultados pretendidos, levantamento das soluções e viabilidade de mercado, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC.



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela NLLC para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

Da Minuta do Edital

Conforme já informado ao norte, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele submetido à análise jurídica contendo quatro anexos, quais sejam: o estudo técnico preliminar, Edital de pregão eletrônico, o termo de referência e a minuta do contrato/ata. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Das Recomendações:

Relativamente à "Minuta do Edital do Pregão Eletrônico n.º 004/2024" a mesma encontra-se adequada ao certame e deverá ser publicada com a respectiva data a ser inserida e com as assinaturas nos documentos que compõem o processo da fase preparatória.

Tratando o objeto de itens que necessitam de aprovação do Setor, o Edital previu essa exigência e os prazos de acordo com o pedido formulado.

Atentar para a inserção da exigência de apresentação de certidão negativa de falência somente, onde consta recuperação extrajudicial, etc retira do texto especificamente no Item 9.1.1 letra "j".

Atentar para a exigência de quantidade de atestados de capacidade técnica que serão exigidos, item 9.1.2 letra "e". Especificar quantidade.

A minuta da Ata de registro de preços encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de objeto rotineiro, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública.

Relativamente à minuta da Ata de registro de preços, a Cláusula de



Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

fiscalização está de acordo, com indicação de responsável.

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica pelo procedimento Sistema de registro de preços prevista no artigo 78, IV da lei 14.133, o que se encontra em perfeita condição, uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o “menor preço por item”, do mesmo modo, mostra-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador. E ainda, a minuta do Edital de forma bastante acertada, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fins de regência da contratação em comento.

Publicidade do edital e dos termos da Ata de registro de preços

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e **do termo da ata de registro de preços** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e **art. 94** da Lei nº 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

III- CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que cumpridos os pontos resumidamente elencados acima.

Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo



Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999), e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica, nos termos do Enunciado BPC nº 5, da AGU.

À consideração superior.

Vale Real, 25 de março de 2024.

Cátia Müller
OAB/Rs 078528
Procuradora Municipal